Crer para ver



Os princípios do cooperativismo constituem uma metaideologia ajustável a diferentes regimes socioeconômicos

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

O cooperativismo tem raízes no tempo. Na história da humanidade, em todas as épocas há registros de modelos de instituições econômicas bem próximas à fórmula cooperativista.

Suas expressões são encontradas no império dos faraós e no reino babilônico. A erudita Grécia teve associações para garantir a seus membros enterros e sepulturas decentes, das quais participavam cidadãos livres, escravos e até estrangeiros, que constituíram o núcleo da formação das sociedades cristãs.

A marca da cooperação

Na virada do século XVII para o XVIII, os filósofos propagadores do individualismo e do liberalismo exerceram enorme influência no mundo dos negócios.

Na prática isso representava uma adesão ao princípio da livre concorrência, do *laissez-faire*, do *laissez-passer*. Essa doutrina abria espaço a uma nova organização da vida econômica: o capitalismo moderno, que no sentido puro expressava o papel das empresas para valorizar o capital e sua reprodução com lucro. O próprio ambiente da Revolução Industrial criava condições propícias a esse pensamento.

Impotentes para modificar o avançado estágio de consolidação do regime capitalista, os trabalhadores pensavam em voltar a épocas passadas, à comunidade medieval. Era enfim a saída que eles vislumbravam para conquistar a verdadeira libertação: um esforço de busca, à margem do sistema, de um tipo de sociedade em que pudessem enquadrar-se. Daí remontam as primeiras manifestações da cooperação, que deixaram marcas indeléveis na história.

Outra crise, outro modelo

Assim como aconteceu há 200 anos, nos últimos 15, o mundo tem vivenciado uma fase de agitação e turbulência.

De comum entre esses períodos, a ruptura entre presente e passado. As ondas da globalização associadas ao livre comércio regem os negócios de organizações privadas, governamentais e cooperativistas. Para todos vale o novo paradigma.

Mas não é fácil às organizações acompanhar o ritmo das mudanças, principalmente para as que operam no Brasil. O país

foi afligido por uma inflação descontrolada de 1986 a 1994, e o planejamento priorizava o estado de sobrevivência: o dia-a-dia e nada mais. As cooperativas nacionais, de grande base agrícola, foram atingidas pelo lado macroeconômico e pela ausência de uma política setorial.

Consensos de 1995

Externamente, as reações se encadeavam rapidamente. No Congresso Centenário da Aliança Cooperativa Internacional, em 1995, realizado em Manchester, na Inglaterra, os princípios fundamentais do cooperativismo foram colocados em debate. Decidiu-se atribuir responsabilidade à sociedade cooperativa quanto ao desenvolvimento sustentado.

O evento chegou a consensos interessantes.

Reafirmava-se a posição da democracia interna (cada homem, um único voto) e a remuneração limitada ao capital. Ambos têm implicações diretas com questões fundamentais ligadas a gestão, estrutura financeira e capitalização da organização cooperativa.

Agregava-se também ao princípio doutrinário a responsabilidade econômica e social da cooperativa com relação a sua comunidade de origem. A idéia era destacar a diferença entre empresa cooperada e não cooperada, realçando as vantagens da arquitetura doutrinária do cooperativismo e os limites para uma nova abordagem da sua estrutura de capital.

Fundo do poço e mea-culpa

De 1996 a 1998 o cooperativismo brasileiro chegou ao fundo do poço – em especial no caso das entidades orientadas à produção de matérias-primas agrárias.

Os negócios dessas empresas eram tocados com pouca ou nenhuma visão estratégica das cadeias produtivas e do sistema de agregação de valor. Uma vulnerabilidade plena, por assim dizer.

Além da curta visão sistêmica, vazavam falhas e erros no que se refere à gestão. Poucas organizações fugiam dessa condição dura e adversa.

Com sangue, suor e lágrimas, o sistema cooperativo nacional tem feito o seu mea-culpa, na tentativa de expurgar os pecados da má administração dos agronegócios.

O XII Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em dezembro último no Rio de janeiro, deu mostras claras de uma nova fase para as organizações cooperadas. O tema Identidade Cooperativa para o Novo Milênio já reflete essa realidade.

O sistema não sucumbiu, como afirmavam em tom messiânico e freqüente muitas cassandras. É preciso virar a página dos momentos críticos e começar uma escrita de profissionalização e competência nos agronegócios cooperados.

Virando a página

De qualquer forma, o sistema não sucumbiu, como afirmavam em tom messiânico e freqüente muitas cassandras. Ainda que as feridas ainda não estejam fechadas de todo, há uma luz no fim do túnel. É preciso virar a página desses momentos críticos e começar a escrita de profissionalização e competência nos agronegócios das cooperativas.

Nada impede que as cooperativas operem práticas administrativas das empresas capitalistas. O fundamental é o equilíbrio e a manutenção dos princípios essenciais.

Considerar apenas o lado social pode comprometer a sobrevivência econômica e vice-versa. Depois de destruir desnecessariamente milhares de empregos, grandes corporações norte-americanas concluíram que a reengenharia em nada ajudou na melhoria dos resultados. Em alguns casos até piorou. Foi o resultado colhido de um impulso para o lucro imediatista.

Tecido de confiança

Hoje parece muito apropriado analisar a evolução do cooperativismo na ótica da formação do capital social. Uma sintonia

Os 12 princípios das cooperativas

1. Viver melhor;
2. educar o povo;
3. interessar a mulher nas questões sociais;
4. abolir os conflitos;
5. pagar a dinheiro e à vista;
6. estabelecer o justo preço;
7. combater as despesas com bebidas alcoólicas;
8. suprimir os parasitas sociais;
9. reconstituir uma propriedade coletiva;
10. eliminar o lucro;
11. facilitar a todos o acesso à propriedade;
12. economizar sem sacrifícios.

Esses princípios foram formulados por Charles Gide, que deu corpo definitivo à doutrina do cooperativismo de consumo. Gide nasceu em 28 de junho de 1847, na França. Foi professor de economia política em Bordeaux, Montpellier e Paris. Espalhou pelo mundo as sementes germinadas no Beco do Sapo, em Lancastre. Grande evocador de idéias e dinamizador de almas, fez da economia política uma ciência amável e relevante, tirando-lhe o cunho pétreo e dogmatizante. Exerceu durante 50 anos um nobre apostolado. A própria Rússia chamou-o o chefe mundial do cooperativismo.

fina com o conceito desenvolvido pela equipe de Amartya Sem, prêmio Nobel de Economia em 1998.

Até recentemente, os capitais formadores de uma nação eram o natural (terra, água, jazidas), o físico (cidades, estradas, pontes) e o financeiro (crédito, seguro). Aparece agora o capital social – a confiança tecida entre os indivíduos, em prol de negócios para o progresso econômico e social. Pressupõe-se que a confiança seja o segredo para fortalecer a musculatura de qualquer grupo associativo.

O insumo vital para a produção do capital social constitui-se da qualificação das pessoas. O ingrediente da educação oferece o diferencial, porém seu resultado só aparece a médio e a longo prazo. Um trabalho que deveria ter começado há décadas e que infelizmente no Brasil, está muito atrasado.

Caminhos diferenciados

Não existe um modelo único de cooperativismo no agronegócio. Cada cadeia produtiva requer uma forma diferenciada de planejamento.

A economia de escala e a redução de custo são imperativos para as *commodities* de baixo valor agregado. Aqui, as fusões e incorporações são as saídas mais corriqueiras. Nos produtos de nicho, segmentados e de especialidades, os melhores caminhos são as alianças estratégicas de natureza tecnológica e de distribuição.

No sistema de alimentos e fibras, a reforma das organizações cooperativas da Europa ocidental e dos Estados Unidos foi conservadora. É um caminho que tende à concentração.

As cooperativas norte-americanas de nova geração são eficientes quando avaliadas no foco de negócios. Do ponto de vista econômico, é bem provável que sejam a melhor saída, mas e o aspecto social? Os tecelões de Rochdale conceberam uma outra lógica.

A terceira via

A mídia noticia o nascimento de uma terceira via, com a

A quimera de Rochdale

O cooperativismo nasceu do esforço conjugado de 28 pobres tecelões ingleses, chamados pioneiros de Rochdale. Premidos pelas contingências de uma vida de sobressaltos e apertos econômicos, eles abriram suas portas em 21 de dezembro de 1844. A cooperativa era minúscula e vendia apenas quatro mercadorias: farinha, manteiga, açúcar e aveia.

Apesar da timidez do empreendimento, sua proposta prática era genial. Os pioneiros procuraram fixar seus ideais à terra, sem a fantasia de pensamentos inacessíveis à condição humana. Encararam com serenidade e profundo senso de realidade as duras provas por que teriam de passar.

Carlos Howarth, considerado o Arquimedes da cooperação, era operário curtidor, foi atuante e gênio na organização, que trouxe para a ordem econômica o preceito moral da ajuda mútua, cujo lema é "um por todos e todos por um". Ele sugeriu e viu aceitas por seus companheiros idéias básicas, corporificadas na escola de Nîmes:

- adesão livre;
- controle democrático;
- devolução do excedente ou retorno sobre as compras;
- juros limitados ao capital;
- neutralidade política e religiosa;
- vendas em dinheiro à vista;
- fomento do ensino em todos os graus.

Quase um século depois, em 1937, o XV Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, realizado em Paris, fixou os princípios do cooperativismo, inspirados no programa de Rochdale.

Eis o programa dos 28 tecelões de Rochdale:

"A sociedade tem por fim realizar um benefício pecuniário e melhorar a condição doméstica e social de seus membros, reunindo um capital dividido em quotas de uma libra e suficiente para a prática do seguinte plano:

- abrir um armazém para a venda de gêneros alimentícios, roupas e utilidades;
- comprar ou construir casas para os associados que desejarem ajudar-se mutuamente para melhorar as condições de sua vida doméstica e social;
- empreender o fabrico dos artigos que a sociedade julgar conveniente produzir, para dar trabalho a seus membros que estiverem desempregados ou que venham a sofrer contínua redução nos salários;
- comprar ou alugar terras, que serão cultivadas por seus membros sem trabalho ou por aqueles cujos salários sejam insuficientes;
- logo que for possível, a sociedade procederá à organização em seu seio e com recursos próprios – ou em outros termos, ela se constituirá em colônia autônoma, na qual todos os interesses serão solidarizados, e auxiliará as outras sociedades que queiram fundar colônias semelhantes;
- com o fim de propagar a temperança, a sociedade abrirá em um de seus locais um estabelecimento de temperança".

Paradigmas da modernidade

- concorrência
- marketing
- orientação para o mercado
- produtividade e qualidade
- tecnologia
- práticas de gestão
- capital
- recursos humanos

vitória das coalizões de centro-esquerda na Grã-Bretanha, França, Alemanha e Itália nos últimos anos.

Uma rota entre o capitalismo do *laissez-faire*, a social democracia progressista e a golpeada tradição comunista. Um modelo mais compassivo, livre da carga de um Estado central dispendioso, mas alinhado com as tecnologias de ponta. Nesse enfoque, o sistema cooperativista cai como uma luva. Descrentes, os críticos argumentam que, antes de ser um programa político, a terceira via é mais um conceito de marketing: "a personificação de uma era de despolitização e comercialização de tudo que existe", afirmam.

Sombras e idealizações

A população dobra nos próximos 50 anos. Cerca de 90% do crescimento demográfico estarão fora do circulo dos países desenvolvidos. A globalização e o livre comércio colhem sucesso quando medidos pelo produto interno bruto e a produtividade.

Mas a brecha existente entre ricos e pobres está se convertendo em abismo. A aversão a esse modelo surge em todos os cantos do planeta. Basta olhar o enfrentamento nas reuniões realizadas em 2000 pela OMC, em Seattle, do Grupo dos Sete em Praga, e do Meio Ambiente, em Haia.

Estudioso do cooperativismo, Totomiani lembra que "os primeiros cooperativistas foram sonhadores, quiseram idealizar sociedades novas, quiseram volver a uma época anterior, quiseram fazer renascer dentro da nova sociedade formas de organização já desaparecidas".

Mas não há modelo de cooperativismo sem defeitos e virtudes. Em todos os tempos o homem viveu a eterna ânsia de atingir a felicidade sobre a Terra, a pendular entre o econômico e o social. E essa sina o acompanha como uma sombra no terceiro milênio.

Referências bibliográficas:

BIALOSKORSKI, S. et al. *Política institucional de monitoramento da autogestão das cooperativas do estado de São Paulo*. USP / Ocesp / Fapesp, abr. 2000.

FILHO, F. *Teoria e prática das sociedades cooperativas*. Olímpica, 1946.

